

# **GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:**

## **UMA PERSPECTIVA**

**Conferência Gulbenkian**

***O ambiente na encruzilhada***

**28 de Outubro de 2009**

**Nitin Desai**

***“A Terra é uma, mas o Mundo não.”***

**Brundtland Commission**

**A tarefa principal é reconciliar  
esta contradição.**

# O PAPEL POLÍTICO DO CONCEITO

- Interligar diferentes comunidades epistémicas;
- Interligar activistas e “*advocacy groups*”;
- Nem a academia, nem os departamentos governamentais, nem as ONG são os “detentores” do conceito.
- Cada um destes destaca diferentes dimensões.

# A ESTRUTURA DO CONCEITO

- Ecológica: a escala e a profundidade das intervenções humanas conduzem-nos mais perto da “crise”.
- Económica: externalidades requerem políticas públicas que corrijam as falhas do mercado.
- Ética: normas para restringir o poder e reforçar a justiça .

**A sustentabilidade requer que a governança a todos os níveis de jurisdição tenha em conta:**

- A importância da precaução perante a incerteza;**
- Os interesses das outras jurisdições;**
- O bem-estar das futuras gerações, que não são os eleitores de hoje;**
- A necessidade de ligar preocupações económicas, ecológicas e éticas.**

**A equidade no desenvolvimento sustentável não é apenas entre grupos contemporâneos (ou, a nível global, entre Estados) mas também entre actuais e futuras gerações. A interacção de interesses nas políticas nacionais e nas relações internacionais pode lidar com a equidade no primeiro sentido, mas não no segundo.**

**As actuais estruturas de governança são limitadas por horizontes temporais curtos, compartimentalização e negociações entre grupos de interesse.**

**No entanto, a nível nacional, a governança baseia-se no reconhecimento da supremacia do Estado e da sua capacidade para interferir em todas as matérias do interesse público.**

**Não existe tal exercício de soberania a um nível global. A não interferência nos assuntos de outros Estados é a norma.**

## **As alterações climáticas envolvem:**

- Processos que ligam a atmosfera, os oceanos e a terra;**
- Externalidades económicas globais, de longo prazo;**
- Risco de alterações irreversíveis;**
- Incerteza sobre a escala e o “timing” do impacto;**
- Grandes diferenças no impacto geográfico;**
- Questões de equidade inter-geracional.**

# QUESTÕES DE GOVERNANÇA

- **Equidade inter-geracional**
- **Princípio da precaução**
- **Justiça na partilha de responsabilidades**
- **Cooperação global**

**Ao nível nacional o desafio é ligar objectivos múltiplos em políticas e programas integrados, reforçar a responsabilidade no uso de recursos e a responsabilização dos poluidores e limitar as escolhas actuais para proteger as opções futuras.**

**Ao nível global, o desafio é ultrapassar a perspectiva westfaliana e aceitar que a interdependência vence a não interferência e os deveres globais podem estender-se a áreas de competência nacional e a cooperação global não é possível sem uma consideração explícita da justiça global.**

**Os aparelhos institucionais para a cooperação global terão de mudar, de tratados baseados em concessões recíprocas, para um regime baseado em normas. A emergência da sociedade civil global, tribunais internacionais para crimes contra a humanidade e mecanismos formais para a resolução de conflitos podem conduzir a uma componente parlamentar e judicial.**

# A GOVERNANÇA GLOBAL ENFRENTA TRÊS DÉFICES:

- Um déficit de democracia
- Um déficit de “compliance”
- Um déficit de coerência

## **...DEVEMOS OLHAR:**

- Para além do nacionalismo, para realidades de interdependência;**
- Para além da interdependência, para as obrigações de solidariedade;**
- Para além do individualismo, para o bem da comunidade.**